

SEMINÁRIO E OFICINA

POLÍTICA METROPOLITANA

GOVERNANÇA, INSTRUMENTOS E PLANEJAMENTO METROPOLITANOS

sexta-feira 22/09 8:30-18:30
Rua Oscar Freire, 2500

REALIZAÇÃO



Cities Alliance
Cities Without Slums



WRI BRASIL

APOIO

Unibes
Cultural

MINISTÉRIO DA
CULTURA



RESUMO

Proposta de realização de dois **seminários** e uma **publicação** com rede de especialistas de organizações públicas e privadas e da sociedade civil organizada atuantes na formulação da política territorial brasileira, visando fomentar o **debate sobre a agenda da política metropolitana**, urbana e rural.

As atividades se desenvolverão no mesmo momento da elaboração e aprovação dos **Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs)** nas principais Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos existentes no Brasil, conforme o processo previsto no **Estatuto da MetrÓpole** (Lei Federal 13.089/2015), que requer deliberação por instância colegiada com representação da sociedade civil até **janeiro de 2018**. Trata-se da primeira experiência de legislação urbanística para o desenvolvimento do planejamento metropolitano no Brasil e de adequação da governança interfederativa pertinente aos desafios de implementação da agenda política no território metropolitano.

O Estatuto da MetrÓpole estabeleceu diretrizes para o desenvolvimento da **política metropolitana mediante instrumentos de regulamentação urbanística, financeiros e de planejamento**, especialmente o PDUI, além de exigir a **governança interfederativa** com participação da sociedade civil para a implementação da política metropolitana. O ineditismo desses instrumentos e diretrizes por um lado e, por outro, a experiência brasileira sobre os processos participativos de elaboração da política urbana, baseada na plataforma da **Reforma Urbana** e materializada no **Estatuto da Cidade** (Lei 10.257/2001), bem como os desafios de implementação dessa plataforma da agenda urbana experienciados durante os últimos 16 anos, acenam para um conjunto de questões sobre o conteúdo e o processo de desenvolvimento dos PDUIs. São questões próprias da elaboração e implementação da política metropolitana, em relação ao planejamento metropolitano, e que devem ser analisadas considerando a sua relação com desafios dos problemas especificamente metropolitanos: tanto os de natureza da governança interfederativa, quanto os relativos à definição do próprio território metropolitano, bem como da introdução de novos instrumentos urbanísticos para esse território.

Trata-se de propor abordagem dos instrumentos urbanísticos previstos no marco regulatório do planejamento metropolitano (legislação urbanística, mecanismos de financiamento, de gestão, operação de aquisição e disponibilização de ativos interfederativos, os meios de intervenção por projetos e programas metropolitanos) em relação à análise dos problemas que tais instrumentos estariam por enfrentar ou propostos a resolver. Com referência a dois problemas de naturezas distintas: os da governança interfederativa, derivados dos gargalos e barreiras institucionais, políticas, legais e financeiras, que os instrumentos metropolitanos teriam a finalidade de destravar; e os problemas urbanos, ambientais e rurais de definição do território metropolitano, objeto da ação da política e do planejamento metropolitanos. A oportunidade de abordar esse conjunto de questões de forma articulada visa fomentar as perspectivas sobre o alcance, escopo, viabilidade e pertinência da implementação da política metropolitana.

OBJETIVOS

Fomentar o debate sobre a agenda da política territorial metropolitana, urbana e rural, no momento da formulação e aprovação dos **Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs)** nas principais **Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos do Brasil**, por meio da organização de seminários e publicação com participação de especialistas de organizações públicas e privadas e da sociedade civil organizada, mediante a ampliação e aprofundamento do debate público sobre o tema.

Promover a articulação de instituições interessadas no desenvolvimento da política metropolitana, a fim de aprofundar conteúdos, dilemas e conceitos em torno da **governança, instrumentos e planejamento metropolitanos**.

Discutir a proposição de **estruturação dos observatórios pilotos metropolitanos** para o desenvolvimento da Política Metropolitana com base no ODS 11 e na Nova Agenda Urbana.

RESULTADOS

Os resultados esperados, por meio dessas atividades, pretendem subsidiar a análise multiescalar e multisetorial do conjunto de questões envolvidas na política metropolitana para (i) contribuir no debate sobre os **conteúdos da agenda da política metropolitana**, em relação aos mecanismos previstos no Estatuto da MetrÓpole; (ii) apontar **estratégias para a sua implementação**; (iii) fomentar e aprofundar a **participação dos atores sociais**, mediante a mobilização à participação nos debates promovidos pelo evento e ao envolvimento da sociedade civil no debate público ao longo do processo de desenvolvimento dos PDUIs; (iv) **incentivar a articulação da rede de instituições envolvidas com o tema da política metropolitana e o desenvolvimento dos PDUIs** para o desenvolvimento de conteúdos sobre os temas chave da política metropolitana mediante exposição, debate e produção de textos em evento e publicação sobre o tema.

QUESTÕES CHAVE

Como a elaboração dos PDUIs pode superar as experiências tecnocráticas dos planos metropolitanos brasileiros e se alimentar dos paradigmas relativos aos conteúdos e aos **processos participativos** da agenda da **Reforma Urbana**, para suscitar o reconhecimento das Funções Públicas de Interesse Comum e dos problemas comuns de natureza metropolitana visando endereçar políticas e ações **de caráter metropolitano**?

Como o parâmetro da **Função Social da Cidade** pode ser refletido na concepção política da **Função Pública de Interesse Comum**, que apesar de ser a premissa da política metropolitana tem seu sentido muito pouco definido?

Como o PDUI pode avançar nas resoluções dos problemas metropolitanos por meio das FIPCS garantindo a autonomia local e aprimorando e qualificando a implementação dos Planos Diretores e vice-versa?

Como refletir no planejamento metropolitano os princípios e parâmetros do **Direto à Cidade**, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o **ODS11**, e da recém aprovada **Nova Agenda Urbana** buscando superar os dilemas e desafios experienciados na implementação da Reforma Urbana?

Como o **escopo da política metropolitana**, para além de significar um plano, pode se tornar uma **plataforma** das pautas da política urbana, para dar legibilidade às demandas de articulação de projetos multisetoriais e multiescalares de interesse metropolitano, e **instrumentalizar o debate e a decisão pública sobre as prioridades, estratégias e finalidade** dos grandes projetos urbanos e obras de infraestrutura na sua relação com a valorização da terra e a expansão ou renovação de áreas urbanas nas metrópoles?

INSTITUIÇÕES PROMOTORAS

Cities Alliance
Instituto Pólis
IAB-SP - Instituto dos Arquitetos do Brasil-SP
WRI-BR - World Resources Institute Brazil
Casa Fluminense

EVENTO

SEMINÁRIO-OFFICINA

Data: 22 de setembro, sexta-feira, das 8h30-18h30

Local: Unibes Cultural – auditório. Rua Oscar Freire 2500 (metrô Sumaré) São Paulo, SP.

Inscrições: 21746831 ou politicametropolitana@polis.org.br (a/c Flávia – Instituto Pólis)

Maiores informações e acesso à transmissão on-line:

CASA FLUMINENSE – <http://casafluminense.org.br>

CITIES ALLIANCE – <http://www.citiesalliance.org>

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL-SP – <http://www.iabsp.org.br>

INSTITUTO PÓLIS – <http://polis.org.br>

WRI-BRASIL – <http://wribrasil.org.br/pt>

Público alvo: Instituições públicas, organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa, movimentos sociais, universidades, pesquisadores, profissionais das áreas temáticas de planejamento e gestão pública, gestores públicos envolvidos no desenvolvimento dos PDUs e da política urbana, membros dos poderes executivo, judiciário e legislativo envolvidos na formulação e aprovação do marco regulatório da política urbana em território nacional.

Método: O evento propõe uma dinâmica na forma de um Seminário-Oficina, para amplificar a interação entre os participantes. Trata-se de um debate que será motivado por questões específicas a cada um das mesas, que correspondem às questões chave da política metropolitana, pré-elaboradas pela coordenação, sobre as quais os Panelistas poderão desenvolver suas reflexões e suscitar posicionamentos sobre o tema, considerando uma de 10 minutos. Na sequência, é prevista uma comunicação de 15 minutos do Debatedor, antes do debate com o público.

Além do público presente, o evento será gravado e também transmitido ao vivo por mídias sociais. O projeto “Política Metropolitana: Governança, Instrumentos e Planejamento Metropolitanos” será sistematizado com vistas a resultar em publicação digital sobre o tema a ser divulgada no II Seminário-Oficina, a ocorrer em 2018. Os objetivos do projeto, sua justificativa e o programa detalhado encontram-se disponíveis em: <http://www.iabsp.org.br/?noticias=seminario-e-oficina-politica-metropolitana-governanca-instrumentos-e-planejamento-metropolitanos>

PROGRAMAÇÃO:

08h30-09h00 CREDENCIAMENTO

09h00-09h30 ABERTURA

Apresentação do evento: enunciado das questões e temas

Diretor do Unibes Cultural: Bruno Assami

Organizadores: Carolina Heldt e Cid Blanco

09h30-13h00 MESA 1

O planejamento metropolitano, seus instrumentos e a efetividade de sua aplicação

QUESTÕES

1. Quais são os problemas estruturais de natureza metropolitana, dado que a metrópole é o espaço que melhor evidencia a crise urbana, rural e ambiental no atual estágio do capital? Como a resposta a essa pergunta contribui na construção das FPICs?

2. O que é fundamental considerar das experiências de elaboração e implementação da agenda da Reforma Urbana no que diz respeito a ações de caráter metropolitano? Como seria vantajoso refletir no planejamento metropolitano parâmetros dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Nova Agenda Urbana, e indicadores balizares para orientar a política metropolitana?

3. Qual o desenho da relação entre interesse local e metropolitano no sistema de planejamento urbano? Como o macrozoneamento metropolitano pode complementar sem sobrepor aos zoneamentos municipais? Como a agenda de programas de interesse metropolitano, dos três níveis de governo, devem compor a plataforma de debate do PDUI?

Mediação:

Barbara Marguti – Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Debatedora:

Ermínia Maricato – Professora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (LABHAB FAU/USP)

Panelistas:

Diana Meirelles da Motta - Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão Urbana do Ministério das Cidades

Heloisa Soares de Moura Costa – Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

José Luiz Pedretti – Diretor Presidente da EMPLASA do Governo do Estado de São Paulo e Presidente da FNEM

Karla França – Especialista em habitação e planejamento urbano da Confederação Nacional dos Municípios (CNM)

Livia Gabrielli – Assessora da Entidade Metropolitana da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado da Bahia (SEDUR)

Marcelo de Oliveira Safadi – Superintendente Executivo de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos do Governo do Estado de Goiás (SECIMA)

13h00-14h30 **ALMOÇO**

14h30-18h00 **MESA 2**

Governança como base da gestão do território metropolitano

QUESTÕES

1. Voltando ao desenho da relação entre interesse local e metropolitano, qual arquitetura institucional e financeira pode conferir viabilidade política e material à política metropolitana?

2. O que deve orientar o desenho e o sentido da realização de parcerias e consórcios no campo metropolitano? Como coordenar esses processos no interior de uma estrutura de governança metropolitana ampla e operativa?

3. Qual estratégia para estruturar processos participativos na política metropolitana? Qual correlação entre o caráter da Função Pública de Interesse Comum e o princípio da Função Social da Cidade para a mobilização social frente à política metropolitana?

Mediação:

Danielle Klintowitz – Coordenadora de Projetos do Instituto Pólis

Debatedor:

Jeroen Klink – Professor da Universidade Federal do Grande ABC (UFABC)

Panelistas:

Daniela Campos Libório – Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU)

Eduardo Tadeu Pereira – Presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM)

Evaniza Rodrigues – União do Movimento de Moradia (UMM)

Flávia Mourão – Diretora-geral da Agência Metropolitana de Belo Horizonte (AGEMBH)

Helena Tourinho – Diretora de Desenvolvimento Metropolitano da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas do Estado do Pará (SEDOP).

18h00-18h30 **ENCERRAMENTO**

Ana Claudia Marinheiro Centeno Rossbach - Cities Alliance

Luciana de Oliveira Royer - IAB/SP

Luiza de Oliveira Schmidt - WRI BR

Margareth Matiko Uemura - Instituto Pólis

Vitor Dias Mihessen - Casa Fluminense
